

JORNAL DO

Gestão: 2023/2026

SINTRAJUD

ÓRGÃO OFICIAL DO SIND. DOS TRABALHADORES DO JUD. FEDERAL NO ESTADO DE SP

VOL. 27
Nº 607/2026
23 de julho de 2026

12.000 EXEMPLARES / ISSN 2596-2396



CSP
Contato

FENAJUF



**REAJUSTE E
AQ NA CONTA
É VITÓRIA DA
MOBILIZAÇÃO!**

**13 DE AGOSTO É DIA
NACIONAL DE LUTA!**

- ✦ DERRUBADA DO VETO AO REAJUSTE DE 2027/2028
- ✦ REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA (CICLO 85/70)
- ✦ AUXÍLIO-NUTRIÇÃO PARA APOSENTADOS E PENSIONISTAS
- ✦ FIM DO CONFISCO NA APOSENTADORIA
- ✦ STF: NEGOCIAÇÃO JÁ!
- ✦ MAIS RECURSOS PARA A SAÚDE DOS/AS SERVIDORES/AS

ELEIÇÕES
05 E 06 DE
AGOSTO

TRIÊNIO 2026-2029
CONFIRA TODAS AS INFORMAÇÕES NO QR CODE



**ELEIÇÕES
SINTRAJUD 2026**

EDITORIAL

Dia 13/8 é decisivo para incluir categoria no orçamento em 2027 e 2028

A atual gestão vai chegando ao fim com a sensação de dever cumprido. Após a mobilização da categoria ter rompido o congelamento salarial imposto entre 2019 e 2023, conquistando os 19,25% (Lei 14.523/2023), em maio do ano passado, após contato telefônico do dirigente do Sintrajud Antônio Melquíades (o Melqui) durante o ato no TRF-3, abriram-se as negociações com o Supremo Tribunal Federal que garantiram o reajuste deste ano e o novo adicional de qualificação.

Nos últimos três anos também iniciamos a execução judicial de 12 ações vitoriosas, que – somados todos os processos – vão assegurar o paga-

mento de mais de R\$ 100 milhões a servidoras e servidores (PSSS sobre juros dos quintos, pagamento da indenização de transporte ao oficialato mesmo em casos de participação e greves, horas extras para agentes da Polícia Judicial, reestruturação de cargos de nível médio em 1993 no TRT-2, entre outras).

Além de termos conquistado judicialmente o pagamento da Vantagem Pecuniária Individual referente à Lei 13.317/2016 (parcela de R\$ 59,87 – que gerou um retorno médio de R\$ 3 mil para cada

servidor/a em todo o país).

Por outro lado, a magistratura vem se apropriando cada vez mais do orçamento. Cargos vagos cujos provimentos já estão autorizados na Lei Orçamentária Anual não vêm sendo preenchidos, enquanto as metas impostas a quem está trabalhando só crescem. A isonomia na saúde foi quebrada nacionalmente nas justiças Federal e do Trabalho, com reflexos mais graves em São Paulo, onde os custos dos planos são muito maiores que a média do país. É necessário reinserir a categoria nas

diretrizes orçamentárias e no orçamento do ano que vem, o que só vai acontecer com luta!

VAMOS CONSTRUIR UM GRANDE DIA 13!

Esta paralisação convocada pela Fenajufe é uma necessidade para pressionar o STF, parlamentares e o governo na semana em que podem ocorrer sessões do Congresso Nacional a derrubarem os vetos de Lula às parcelas do reajuste de 2027 e 2028 (Veto 45) e ao reconhecimento dos riscos do oficialato (Veto 12).

Com a realização de um ato unificado às 13 horas no TRT-2 (Rua da Consolação, 1272).

CONSTRUIR UMA GRANDE MOBILIZAÇÃO PELA DERRUBADA DOS VETOS E SERVIDORES/AS NO ORÇAMENTO



VOCÊ CONHECE OS CONVÊNIOS DO SINTRAJUD?



- Farmácias, supermercados e mais de 200 serviços
- UniOdonto na capital, Baixada, Campinas, São José dos Campos e Litoral
- Gympass/WellHub em todo o país
- Cursos compatíveis com o AQ

Aliança Francesca

Universidade Nove de Julho

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

UNIESP S.A.

INTERNET EM DOBRO, SEM PAGAR MAIS!

Mais vantagem para quem é sindicalizado

100GB	→	200GB
50GB	→	100GB
Linha grátis	→	TODAS 10GB

SAÚDE

A VIDA DO
SERVIDOR NÃO
VALE MENOS
QUE A DO JUIZ

Luta pelo direito à saúde vai continuar

Sintrajud segue na linha de frente desta luta, que envolve toda a categoria em todos os tribunais, impediu retrocessos maiores e deu visibilidade ao mais inaceitável desrespeito à isonomia e à justiça orçamentária: 'A saúde de um/a servidor/a não vale menos que a de um Juiz/a'.



Foto: Dandara Vieira

Ato em Brasília

Por Hércio Duarte Filho

A luta pelo direito à assistência em saúde em patamares necessários, razoáveis e com respeito à isonomia é mais um capítulo da defesa da inclusão das pautas do conjunto da categoria no Orçamento da União e, mais especificamente, do Poder Judiciário Federal.

A disputa com os 'penduricalhos' da magistratura ficou mais evidente do que

nunca e talvez o que ocorra com a saúde seja a sua expressão mais escancaradamente inaceitável.

Algo que não dá mais para esconder, apesar de os meios de comunicação seguirem ignorando que quase todos os altos salários, acima do teto constitucional, sejam da alçada de juízes e juízas, ministros e procuradores da República. Isto é, membros dos Poderes, e não propriamente servidores.

O Sintrajud se mantém na linha de frente dessa demanda, representando a vontade e a ação de servidores e servidoras de todos os tribunais – principalmente de São Paulo. Ao longo dos últimos anos, essa mobilização, a bem da verdade permanente, teve momentos de incontes-tes vitórias.

Mas há também reveses, como a vergonhosa quebra da isonomia. Porém, até nestes casos, faz-se pertinente uma

reflexão: o quanto os ataques seriam piores e mais profundos não fosse essa resistência continuada, conjunta, autônoma e independente das administrações?

Não foram poucas as manifestações em que servidores e servidoras de todos os ramos do Judiciário se uniram para defender a pauta comum: isonomia na distribuição com a magistratura, mais verbas e assistência à saúde assegurada a toda a categoria.

PARA SABER COMO ESTÁ A LUTA PELA SAÚDE E ISONOMIA NOS TRIBUNAIS, ACESSE O QR CODE

TRF-3/JF:

Suspensão do edital foi importante para dar mais tempo à luta, mas afrouxou regras. **Mobilização contra a coparticipação continua**

TRE-SP:

Pagamento do 50+ e novo AQ são vitórias, mas **segue a atuação por um plano de saúde**

TRT-2:

Decisão do CSJT entra para a história como tentativa de legalizar a **quebra da isonomia. Luta segue!**

VEJA MAIS DETALHES



JORNAL DO
SINTRAJUD

ÓRGÃO OFICIAL DO SIND. DOS TRABALHADORES DO JUD. FEDERAL NO ESTADO DE SP

Acesse o site
pelo QR Code



Diretoria: Ana Luiza Figueiredo, Ana Sílvia Poço, Anna Karenina, Antonio Melquíades 'Melqui', Camila Oliveira Gradin, Ciro Manzano, Cleber Aguiar, Fabio Rodrigues, Isabella Leal, Ismael Souza, João Carlos Silva, Jorge Costa, Lynira Sardinha, Luiz Paiva, Lutemberg de Souza, Marcos Trombeta, Marinilda Dias, Maurício Rezzani, Rosana Nanartonis, Sanches.

Editora: Luciana Araujo - **Jornalistas:** Hércio Duarte Filho, Jeferson Choma - **Direção de Arte:** Vinicius Soares
Diagramação: Wesley Araujo - **Tiragem:** 12.000 exemplares

f sintrajud @ sintrajud sintrajud1 (11) 99128 - 5217

LUTA POR DIREITOS

Reajuste no contracheque: conquista da categoria barra congelamento; é hora de ampliar a luta para derrubar veto

Primeira parcela nos contracheques em julho reflete lutas da categoria contra o congelamento salarial. Sintrajud reforça chamado às mobilizações pela derrubada do veto às duas parcelas restantes e demais pautas, com ato em SP e paralisação nacional dia 13 de agosto.

Nada que a categoria conquistou até aqui caiu do céu ou foi bondade de governantes e administrações. É com esta certeza que a diretoria do Sintrajud parabeniza a categoria pela conquista da reposição parcial das perdas salariais, cuja primeira parcela (8%) entrou na conta neste mês de julho nos contracheques.

Agora, avaliam dirigentes do Sindicato, é hora de ampliar e muito a pressão sobre deputados e senadores, a cúpula dos tribunais superiores e o próprio governo Lula.

As recentes mobilizações em São Paulo, com atos em frente ao TRF-3, no dia 15, e a assembleia-ato no TRT-2, no dia 16 de julho, além de erguer as bandeiras pelo direito à isonomia na saúde e por condições decentes de trabalho, já apontaram para esse novo momento na luta da categoria.

O próximo passo é construir uma expressiva paralisação nacional no dia 13 de agosto – fundamental para aquecer a luta para impedir a consolidação dos vetos e

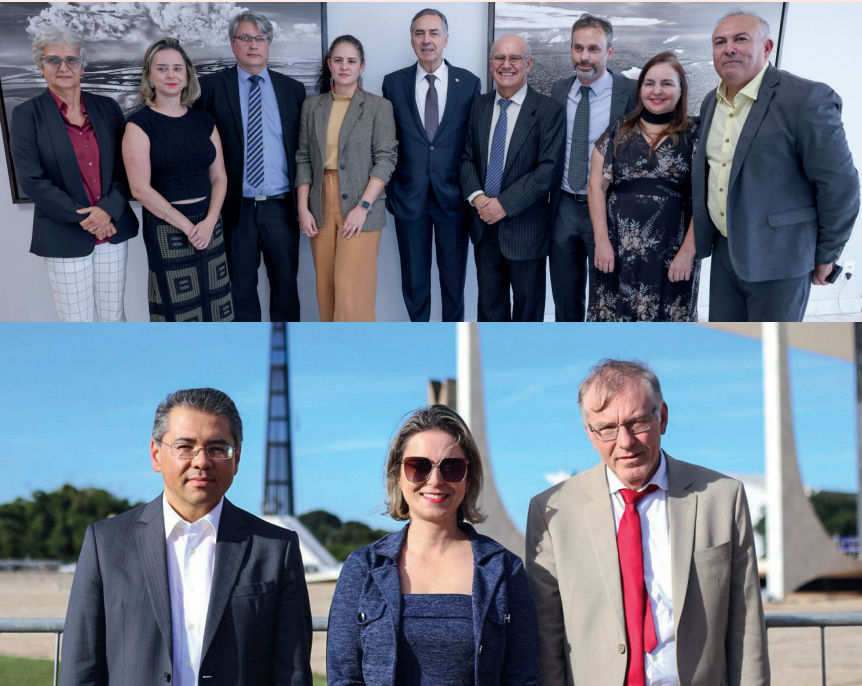
impulsionar uma mobilização com mais fôlego. Assim como o 28 de maio de 2025 abriu a negociação sobre o reajuste e o AQ com o STF.

É a força da mobilização que será capaz de exigir o que estava combinado entre os Três Poderes e as entidades sindicais representativas da categoria e que é legal, é justo e legítimo: a garantia das parcelas de 8% em julho de 2027 e de 2028.

Insuficiente ainda para repor todas as perdas salariais acumuladas nos últimos

anos, mas que afasta o perigo da volta do congelamento. E que abre o caminho para, concomitantemente, cobrar o também acordado envio do projeto de reestruturação da Carreira, com as bases reivindicadas e aprovadas pelos servidores e servidoras do PJU em seus fóruns sindicais nacionais. Assim como a instituição do auxílio-nutrição para as aposentadorias e a derrubada de outro veto, este referente à atividade de risco de oficiais e oficiais de justiça.

Dirigentes do Sintrajud atuam em SP e Brasília pela derrubada do veto às parcelas de 2027 e 2028



Em reunião obtida pelo Sintrajud com a diretora-geral do STF, Desdêmona Arruda, em 26 de junho, ela reafirmou que a assessoria do Tribunal trabalha pela derrubada do veto.

Poucos dias antes, o ministro Édson Fachin, presidente do STF, havia se reunido com

o ministro da Fazenda, Dario Durigan, e o presidente do Senado para tratar das pautas com impacto financeiro no Legislativo. Pouco depois, Alcolumbre cancelou a sessão que poderia ter votado a garantia das parcelas de 2027 e 2028 que a categoria conquistou.

Esses movimentos evidenciam elementos de uma disputa pelo destino do orçamento público. A direção do Sintrajud avalia que é a mobilização que poderá romper com essa lógica que secundariza as pautas da classe trabalhadora.

A posição do Sintrajud,

defendida unanimemente pela diretoria e aprovada nas assembleias e Congresso da categoria, é categórica: a independência sindical é necessária, inegociável e também fundamental na defesa dos direitos e liberdades democráticas.



Acesse o QR Code e envie mensagem a todos os parlamentares pela derrubada do veto 45



Tabela do reajuste
efetivado em 2026

* Confira a tabela completa, com o AQ, no site.

Parcelas vetadas

CARGO EFETIVO			TABELA ATUAL			JULHO/2026 - 8%			JULHO/2027 - 8%			JULHO/2028 - 8%		
CARGO	CLASSE	PADRÃO	VB	GAJ 140%	VB + GAJ	VB	GAJ 140%	VB + GAJ	VB	GAJ 140%	VB + GAJ	VB	GAJ 140%	VB + GAJ
ANALISTA JUDICIÁRIO	C	13	9.292,14	13.009,00	22.301,14	10.035,51	14.049,71	24.085,22	10.838,35	15.173,69	26.012,04	11.705,41	16.387,57	28.092,98
		12	9.021,50	12.630,10	21.651,60	9.743,22	13.640,50	23.383,72	10.522,67	14.731,73	25.254,40	11.364,48	15.910,27	27.274,75
		11	8.758,73	12.262,22	21.020,95	9.459,42	13.243,18	22.702,60	10.216,17	14.302,63	24.518,80	11.033,46	15.446,84	26.480,30
	B	10	8.503,62	11.905,07	20.408,69	9.183,90	12.857,46	22.041,36	9.918,61	13.886,05	23.804,66	10.712,09	14.996,92	25.709,01
		9	8.255,95	11.558,33	19.814,28	8.916,42	12.482,98	21.399,40	9.629,73	13.481,62	23.111,35	10.400,10	14.560,14	24.960,24
		8	7.810,73	10.935,02	18.745,75	8.435,58	11.809,81	20.245,39	9.110,42	12.754,58	21.865,00	9.839,25	13.774,95	23.614,20
		7	7.583,23	10.616,52	18.199,75	8.189,88	11.465,83	19.655,71	8.845,07	12.383,09	21.228,16	9.552,67	13.373,73	22.926,40
	A	6	7.362,37	10.307,32	17.669,69	7.951,35	11.131,89	19.083,24	8.587,45	12.022,43	20.609,88	9.274,44	12.984,21	22.258,65
		5	7.147,92	10.007,09	17.155,01	7.719,75	10.807,65	18.527,40	8.337,33	11.672,26	20.009,59	9.004,31	12.606,03	21.610,34
		4	6.939,75	9.715,65	16.655,40	7.494,93	10.492,90	17.987,83	8.094,52	11.332,32	19.426,84	8.742,08	12.238,91	20.980,99
		3	6.565,50	9.191,70	15.757,20	7.090,74	9.927,03	17.017,77	7.657,99	10.721,18	18.379,17	8.270,62	11.578,86	19.849,48
		2	6.374,26	8.923,96	15.298,22	6.884,20	9.637,88	16.522,08	7.434,93	10.408,90	17.843,83	8.029,72	11.241,60	19.271,32
TÉCNICO JUDICIÁRIO	C	13	6.188,61	8.664,05	14.852,66	6.683,69	9.357,16	16.040,85	7.218,38	10.105,73	17.324,11	7.795,85	10.914,19	18.710,04
		12	5.663,47	7.928,86	13.592,33	6.116,54	8.563,15	14.679,69	6.605,86	9.248,20	15.854,06	7.134,32	9.988,04	17.122,36
		11	5.498,51	7.697,91	13.196,42	5.938,39	8.313,74	14.252,13	6.413,46	8.978,84	15.392,30	6.926,53	9.697,14	16.623,67
	B	10	5.338,36	7.473,70	12.812,06	5.765,42	8.071,58	13.837,00	6.226,65	8.717,31	14.943,96	6.724,78	9.414,69	16.139,47
		9	5.182,88	7.256,03	12.438,91	5.597,51	7.836,51	13.434,02	6.045,31	8.463,43	14.508,74	6.528,93	9.140,50	15.669,43
		8	5.031,90	7.044,66	12.076,56	5.434,45	7.608,23	13.042,68	5.869,20	8.216,88	14.086,08	6.338,73	8.874,22	15.212,95
		7	4.760,56	6.664,78	11.425,34	5.141,40	7.197,96	12.339,36	5.552,71	7.773,79	13.326,50	5.996,92	8.395,68	14.392,60
	A	6	4.621,90	6.470,66	11.092,56	4.991,65	6.988,31	11.979,96	5.390,98	7.547,37	12.938,35	5.822,25	8.151,15	13.973,40
		5	4.487,29	6.282,21	10.769,50	4.846,27	6.784,77	11.631,04	5.233,97	7.327,55	12.561,52	5.652,68	7.913,75	13.566,43
		4	4.356,59	6.099,23	10.455,82	4.705,11	6.587,15	11.292,26	5.081,51	7.114,11	12.195,62	5.488,03	7.683,24	13.171,27
		3	4.229,69	5.921,57	10.151,26	4.568,06	6.395,28	10.963,34	4.933,50	6.906,90	11.840,40	5.328,18	7.459,45	12.787,63
		2	4.001,60	5.602,24	9.603,84	4.321,72	6.050,40	10.372,12	4.667,45	6.534,43	11.201,88	5.040,84	7.057,17	12.098,01
AUXILIAR JUDICIÁRIO	C	13	3.885,06	5.439,08	9.324,14	4.195,86	5.874,20	10.070,06	4.531,52	6.344,12	10.875,64	4.894,04	6.851,65	11.745,69
		12	3.771,88	5.280,63	9.052,51	4.073,63	5.703,08	9.776,71	4.399,52	6.159,32	10.558,84	4.751,48	6.652,07	11.403,55
		11	3.354,11	4.695,75	8.049,86	3.622,43	5.071,40	8.693,83	3.912,22	5.477,10	9.389,32	4.225,19	5.915,26	10.140,45
	B	10	3.209,70	4.493,58	7.703,28	3.466,47	4.853,05	8.319,52	3.743,78	5.241,29	8.985,07	4.043,28	5.660,59	9.703,87
		9	3.071,48	4.300,07	7.371,55	3.317,19	4.644,06	7.961,25	3.582,56	5.015,58	8.598,14	3.869,16	5.416,82	9.285,98
		8	2.939,22	4.114,91	7.054,13	3.174,35	4.444,09	7.618,44	3.428,29	4.799,60	8.227,89	3.702,55	5.183,57	8.886,12
		7	2.812,64	3.937,70	6.750,34	3.037,65	4.252,71	7.290,36	3.280,66	4.592,92	7.873,58	3.543,11	4.960,35	8.503,46
	A	6	2.660,96	3.725,34	6.386,30	2.873,83	4.023,36	6.897,19	3.103,73	4.345,22	7.448,95	3.352,02	4.692,82	8.044,84
		5	2.546,38	3.564,93	6.111,31	2.750,09	3.850,12	6.600,21	2.970,09	4.158,12	7.128,21	3.207,69	4.490,76	7.698,45
		4	2.436,73	3.411,42	5.848,15	2.631,66	3.684,32	6.315,98	2.842,19	3.979,06	6.821,25	3.069,56	4.297,38	7.366,94
		3	2.331,80	3.264,52	5.596,32	2.518,34	3.525,67	6.044,01	2.719,80	3.807,72	6.527,52	2.937,38	4.112,33	7.049,71
		2	2.231,38	3.123,93	5.355,31	2.409,89	3.373,84	5.783,73	2.602,68	3.643,75	6.246,43	2.810,89	3.935,24	6.746,13
ANALISTA JUDICIÁRIO - OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL	C	13	2.111,05	2.955,47	5.066,52	2.279,93	3.191,90	5.471,83	2.462,32	3.447,24	5.909,56	2.659,30	3.723,02	6.382,32
		12	2.020,14	2.828,20	4.848,34	2.181,75	3.054,45	5.236,20	2.356,29	3.298,80	5.655,09	2.544,79	3.562,70	6.107,49
		11	1.933,15	2.706,41	4.639,56	2.087,80	2.922,92	5.010,72	2.254,82	3.156,74	5.411,56	2.435,20	3.409,28	5.844,48
	B	10	1.886,61	2.604,05	4.490,66	2.000,00	2.800,00	4.800,00	2.100,00	2.900,00	5.000,00	2.300,00	3.200,00	5.500,00
		9	1.799,75	2.488,88	4.288,63	1.911,11	2.688,88	4.600,00	2.000,00	2.800,00	4.800,00	2.200,00	3.100,00	5.300,00
		8	1.712,88	2.368,71	4.081,59	1.822,22	2.568,71	4.390,93	1.911,11	2.711,11	4.622,22	2.111,11	3.011,11	5.111,11
		7	1.626,01	2.248,54	3.874,55	1.733,33	2.448,54	4.188,88	1.822,22	2.622,22	4.444,44	2.022,22	2.922,22	4.922,22
	A	6	1.539,14	2.128,37	3.667,51	1.644,44	2.333,33	3.977,77	1.733,33	2.522,22	4.255,55	1.922,22	2.822,22	4.722,22
		5	1.452,27	2.008,20	3.460,47	1.555,55	2.222,22	3.777,77	1.622,22	2.411,11	4.033,33	1.811,11	2.711,11	4.511,11
		4	1.365,40	1.888,03	3.253,43	1.466,66	2.111,11	3.577,77	1.511,11	2.300,00	3.800,00	1.700,00	2.600,00	4.300,00
		3	1.278,53	1.767,86	3.046,39	1.377,77	2.000,00	3.377,77	1.400,00	2.188,88	3.588,88	1.588,88	2.488,88	4.088,88
		2	1.191,66	1.647,69	2.839,35	1.288,88	1.888,88	3.177,77	1.311,11	2.077,77	3.388,88	1.511,11	2.411,11	3.911,11
TÉCNICO JUDICIÁRIO - AGENTE DE POLÍCIA JUDICIAL	C	13	1.104,66	1.504,50	2.609,16	1.188,88	1.611,11	2.800,00	1.277,77	1.711,11	2.988,88	1.366,66	1.788,88	3.155,55
		12	1.017,79	1.384,33	2.402,12	1.100,00	1.488,88	2.588,88	1.188,88	1.588,88	2.777,77	1.277,77	1.677,77	2.955,55
		11	930,92	1.264,16	2.195,08	1.022,22	1.368,71	2.386,93	1.100,00	1.468,03	2.568,03	1.188,88	1.568,03	2.748,03
	B	10	844,05	1.144,05	1.988,10	944,44	1.244,44	2.188,88	1.022,22	1.322,22	2.344,44	1.100,00	1.444,44	2.544,44
		9	757,18	1.023,93	1.781,11	855,55	1.111,11	1.966,66	944,44	1.244,44	2.188,88	1.022,22	1.322,22	2.344,44
		8	670,31	903,76	1.574,07	768,88	1.000,00	1.768,88	855,55	1.111,11	1.966,66	944,44	1.244,44	2.188,88
		7	583,44	783,59	1.367,03	681,11	888,88	1.577,77	768,88	1.000,00	1.768,88	855,55	1.111,11	1.966,66
	A	6	496,57	667,42	1.163,99	588,88	777,77	1.366,66	677,77	888,88	1.566,66	777,77	1.000,00	1.766,66
		5	409,70	547,25	956,95	496,66	636,36	1.133,02	588,88	777,77	1.366,66	677,77	888,88	1.566,66
		4	322,83	427,10	750,93	409,70	509,70	919,40	496,66	636,36	1.133,02	588,88	777,77	1.366,66
		3	235,96	311,27	547,23	322,83	427,10	750,93	409,70	509,70	919,40	496,66	636,36	1.133,02
		2	149,09	198,78	347,87	235,96	311,27	547,23	409,70	509,70	919,40	496,66	636,36	1.133,02
CARGOS EM COMISSÃO	CJ - 4	OPÇÃO CJ	OPÇÃO C. EFETIVO (65%)	OPÇÃO CJ	OPÇÃO C. EFETIVO (65%)	OPÇÃO CJ	OPÇÃO C. EFETIVO (65%)	OPÇÃO CJ	OPÇÃO C. EFETIVO (65%)	OPÇÃO CJ	OPÇÃO C. EFETIVO (65%)	OPÇÃO CJ	OPÇÃO C. EFETIVO (65%)	OPÇÃO CJ
		17.419,38	11.322,60	18.812,93	12.228,40	20.317,96	13.206,67	21.943,39	14.263,20	23.517,96	15.519,84	25.341,39	16.781,20	28.102,59
		15.430,68	10.029,94	16.665,13	10.832,33	17.998,34	11.698,91	19.438,20	12.634,82	21.072,16	13.863,33	22.935,49	15.227,14	26.162,63
	CJ - 3	13.573,81												

Luta pelo auxílio-nutrição e contra o confisco das aposentadorias segue



Marcha contra a reforma da previdência em 2003

O Sintrajud acumula milhares de horas de lutas, contra projetos dos governos FHC, Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro. Entre as maiores vitórias dessas três décadas está a manutenção da aposentadoria integral e paritária para servidores e servidoras que ingressaram até 2003.

Em 1998, a Câmara dos Deputados e o governo FHC aprovaram a primeira ‘reforma’ que eliminou direitos previdenciários. O fim da aposentadoria por tempo de serviço foi substituído pelo tempo de

contribuição. Mas quase três meses de greve, da qual o Sintrajud e a categoria foram linha de frente, impediram a imposição de idade mínima para aposentadoria na época.

Em 2003, **ASSINE O ABAIXO ASSINADO PELO AUXÍLIO-NUTRIÇÃO NO SITE DO SINTRAJUD** que se mande p u t a d o s votaram na madrugada a Emenda Constitucional 40, enquanto milhares de servidores e servidoras se dirigiam em caravana a Brasília. A reforma do governo Lula 1 foi o estopim da saída de centenas de sindicatos

da CUT, entre eles o Sintrajud, que, posteriormente, se filiaria à CSP-Conlutas. Aqui, a vitória foi preservar a integralidade e paridade para quem já estava no serviço público, conquista

tém.

Em 2017, a grande Marcha ‘Ocupa Brasília’ enfrentou o governo Michel Temer e impediu uma nova alteração na Previdência Social. O Sintrajud foi uma das principais entidades sindicais do país a organizar

o protesto.

Em 2019, Bolsonaro conseguiu impor nova ‘reforma’ da Previdência – a mais violenta de todas, que incluiu a idade mínima. Outra vez o Sintrajud foi destaque nessa luta, assim como na que derrotou, em 2021, a ‘reforma’ administrativa do mesmo governo.

É com essa história que o Sintrajud segue na luta pelo fim da taxaço das aposentadorias, contra a ‘reforma administrativa’ – que traz muitos ataques a direitos previdenciários – e pelo auxílio-nutrição.

TRE-SP regulariza pagamento do AQ e adicional da ‘saúde’

Horas extras do período de alistamento eleitoral ainda não têm previsão de quitação

Após muita insistência do Sindicato, o mais atrasado dos tribunais no estado regularizou a partir da folha deste mês de julho também o pagamento do adicional de qualificação (AQ). Em maio foram pagos os acúmulos a servidores e servidoras ativos/

as e aposentados/as com documentos apresentados entre janeiro e maio de 2026. E neste mês entrou na conta o segundo valor de referência, treinamentos e certificações averbados após maio de 2026. Os retroativos foram pagos em folha suplementar.

O Tribunal também começou a pagar o adicional de 50% do auxílio-saúde para servidores/as com mais de 50 anos de idade e dependentes com doenças graves.

Até a conclusão desta edição, no entanto, ainda estava pendente o pagamento

das horas extras do final do alistamento. Também por gestões do Sintrajud, a forma de pagamento desta verba mudou, não sendo mais jogada para o fim do ano, como tradicionalmente acontecia. Conquistas da luta e da organização sindical. (LGA)

ASSEMBLEIA DO TRT-2 APROVA CAMPANHA PELO 50+ NO AUXÍLIO-SAÚDE

Acesse pelo QR Code o modelo de requerimento ao Proad do adicional de 50% para servidores e servidoras da Justiça do Trabalho, incluindo dependentes, com mais de 50 anos de idade, doença grave ou deficiência. O TRT-2 está três anos atrasado no pagamento da parcela, e agora reconheceu o direito apenas para a magistratura.

VEJA MAIS DETALHES



CHAPA 1

SINTRAJUD INDEPENDENTE E DE LUTA

Coordenação Geral



Fabiano dos Santos
Analista Judiciário - TRT



Maria Ires Graciano Lacerda
Téc. Jud - JF



Maurício Rezzani
Téc. Jud aposentado - TRE

Coordenação de Finanças



Marinilda Dias da Silva
Téc. Jud aposentada - TRT



Luciana Carneiro
Téc. Jud - TRF

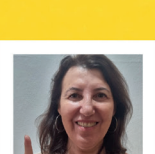


Rosana Nanartonis
Téc. Jud aposentada - TRE

Coordenação Executiva



Henrique Sales Costa -
Téc. Jud - TRT



Marilene de Souza
Nunes - OJAF - JF



Elizaldo Veríssimo da Silva
(Ely) Téc. Jud aposentado
- TRE



Isabella Gonçalves Leal
- Téc. Jud - TRT



Antônio Carlos Frederico -
APJ aposentado - JF



Luciana Verpa -
Téc. Jud - TRE



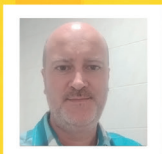
Luciana Barrozo da Silva -
Analista Judiciária - TRT



Lucas José Dantas Freitas -
OJAF - JF



Camila Oliveira Gradin -
Analista Judiciária - TRT



Lucas Bizzi Fracassi
- Téc. Jud - JF



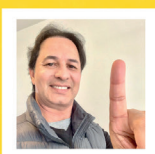
Matilde Gouveia -
OJAF aposentada - TRT



Antônio Carlos Correia -
APJ - JF



Maria Cecília Pereira -
Téc. Jud aposentada -
TRE



Marcos de Souza Rodrigues
Analista Judiciário - TRT

A chapa 1 - Sintrajud Independente e de Luta representa os servidores(as). Atuamos nas mobilizações sempre independentes a administrações e governos.

Apostamos na luta pois só unidos teremos mais direitos. Conquistamos o reajuste salarial - apesar do veto de 2 parcelas pelo governo - e o adicional de qualificação.

Lutaremos ao seu lado! Pela derrubada do veto 45; pela reestruturação da carreira (ciclo 85-70) e redução da disparidade entre Técnicos e Analistas; auxílio saúde igual para tod@s.

CHAPA 2

POR UM SINTRAJUD FORTE E PARTICIPATIVO

Coordenação Geral



Thiago Duarte
Gonçalves - OJAF - TRT



Adriana Graciano -
Téc. Jud - TRT



Samuel Bueno -
Téc. Jud - JFSP

Coordenação de Finanças



Alexandre Franco -
OJAF - TRT



Erika Sobreiro -
Téc. Jud - TRE

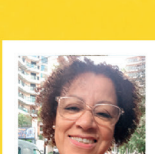


Samanta Pinheiro -
Téc. Jud - TRT

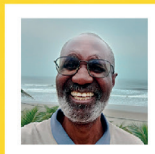
Coordenação Executiva



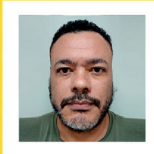
Anderson Lugão -
Téc. Jud - JF/Bauru



Eliana Camarão -
Téc. Jud - TRF



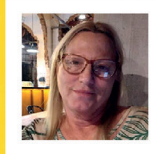
Geraldo Forte -
Téc. Jud aposentado - TRF



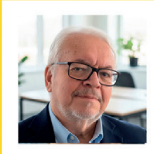
Isaac Newton -
APJ - TRT



Margareth Walczak -
Analista Judiciária
aposentada - TRE



Marli Perim -
OJAF - TRT



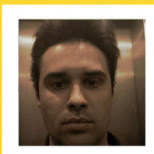
Neemias Ramos -
OJAF - TRT



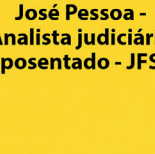
José Pessoa -
Analista judiciário
aposentado - JFSP



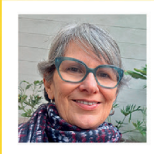
Reginaldo Reynolds -
APJ - JFSP



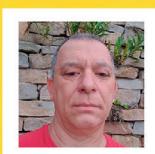
Rafael Rema - Téc.
Jud - JFSP



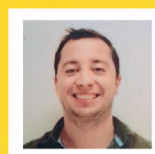
Wagner Garcez -
Téc. Jud - TRT



Maria Valéria Ferraz -
OJAF - TRT



Osvaldo Sereia -
Téc. Jud - JF/Presidente
Prudente



Luís Henrique Brunhara -
Téc. Jud - JF/Barueri

É HORA DE CONSTRUIR UM SINTRAJUD FORTE, COM A PARTICIPAÇÃO DE TODOS!

A CHAPA 2 - SINTRAJUD FORTE E PARTICIPATIVO acredita que o sindicato deve estar ao lado da categoria todos os dias, com diálogo, influência política e resultados concretos. Chega de bravatas e discursos! Reunimos servidores e servidoras, ativos e aposentados, de todos os ramos (federal, trabalhista e eleitoral) e cargos, comprometidos com a defesa dos direitos e a ampliação de benefícios. Queremos um Sintrajud sem aparelhamento político-ideológico. Fora Conlutas, fora todos eles! Essa mudança depende de cada voto

ELEIÇÕES

O destino do Sintrajud em suas mãos

Nos dias 05 e 06 de agosto, todos os servidores e as servidoras sindicalizados/as até 05 de junho deste ano vão poder decidir quem estará à frente do Sindicato na próxima gestão; como nos últimos anos, votação será 100% digital.

Das 9 às 19 horas dos dias 05 e 06 de agosto acontece a coleta de votos para escolher a diretoria executiva e o conselho fiscal do Sintrajud na gestão 2026-2029. Todo servidor e toda servidora filiado/a até o dia 05 de junho deste ano e quites com a tesouraria pode votar.

A votação acontecerá em sistema 100% digital, como em 2020 e 2023. Mas o Sindicato vai disponibilizar atendimento presencial na sede e

subsede para facilitar a participação de quem tiver dificuldade de acesso à internet.

No dia 06, imediatamente após o encerramento da votação, será realizada a apuração com transmissão ao vivo e proclamada vencedora a chapa que obtiver a maioria simples dos votos, conforme dispõe o artigo 10 do estatuto.

Confira tudo sobre as eleições, a propaganda das chapas e candidaturas (marca do Sintra-

jud há mais de 20 anos), o passo a passo para votar e participe escaneando o QR Code ao lado.



Conselho Fiscal também será eleito

Além da diretoria executiva, todas as pessoas sindicalizadas, nos termos do estatuto, vão votar também para com-

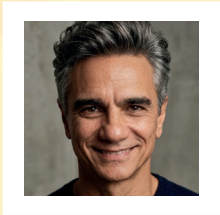
por o conselho fiscal do Sindicato. Instância de fundamental importância, que auxilia a direção a manter saneados as

contas e o patrimônio da entidade. No caso do conselho, a eleição é nominal. Conheça abaixo as candidaturas.



Nossa candidatura ao Conselho Fiscal defende um sindicato democrático, transparente e comprometido com a categoria. Atuaremos com independência da Diretoria, fiscalizando contas, contratos, patrimônio, fundo de greve, orçamento e doações, conforme o Estatuto. A fiscalização deve ser permanente, técnica e efetiva, garantindo que os recursos dos servidores sejam aplicados com responsabilidade, transparência e em benefício das lutas e do fortalecimento da organização sindical.

Alexandre Calegari – Téc. Jud – TRE



Filiado ao Sintrajud desde a fundação, em 1995, fui diretor da Fenajufe, em 3 gestões na executiva do Sindicato e 2 no Conselho Fiscal. Participei também de todas as greves e lutas da categoria. Meu nome é Cleber Borges de Aguiar e peço seu voto para o Conselho Fiscal. Os recursos do Sindicato devem ser uma arma a favor da nossa classe. Minha fiscalização será implacável, transparente e a serviço das mobilizações contra os ataques aos nossos direitos. Rigor absoluto e firmeza na luta!

Cléber Borges de Aguiar – Agente da Polícia Judicial – TRF



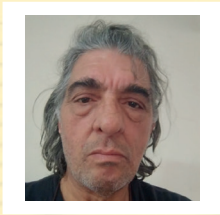
Meu nome é Ester Nogueira de Faria e sou oficial de Justiça aposentada. Faço parte do sindicato desde os anos 90, tendo ingressado no Judiciário Federal em 1993. Estou me candidatando ao conselho fiscal porque entendo que devemos fiscalizar as contas do sindicato com isenção e muito cuidado pois são essas verbas que nos possibilitam fazer as lutas pelos nossos direitos e todo cuidado ainda é pouco. Já participei da verificação das contas nas diversas gestões e também atuei como diretora e sei da importância de ter a gestão financeira transparente para que toda a categoria entenda para onde vai o dinheiro por ela destinado à entidade. Peço seu voto e seu apoio para que eu possa continuar como conselheira.

Ester Nogueira de Faria – OJAF Aposentada – JFSP



Nossa candidatura ao Conselho Fiscal defende um sindicato democrático, transparente e comprometido com a categoria. Atuaremos com independência da Diretoria, fiscalizando contas, contratos, patrimônio, fundo de greve, orçamento e doações, conforme o Estatuto. A fiscalização deve ser permanente, técnica e efetiva, garantindo que os recursos dos servidores sejam aplicados com responsabilidade, transparência e em benefício das lutas e do fortalecimento da organização sindical.

Flávio Conrado Júnior – Aposentado – JMU



Nossa candidatura ao Conselho Fiscal defende um sindicato democrático, transparente e comprometido com a categoria. Atuaremos com independência da Diretoria, fiscalizando contas, contratos, patrimônio, fundo de greve, orçamento e doações, conforme o Estatuto. A fiscalização deve ser permanente, técnica e efetiva, garantindo que os recursos dos servidores sejam aplicados com responsabilidade, transparência e em benefício das lutas e do fortalecimento da organização sindical.

Ítalo Leonelo Júnior – Aposentado – TRT



Filiado ao Sintrajud há mais de 10 anos, compreendi a força do movimento sindical e participei das greves e lutas da categoria. Sou Paulo Sérgio de Souza e peço seu voto para o Conselho Fiscal.

Os recursos do Sindicato devem estar a serviço da nossa luta. Farei uma fiscalização rigorosa, transparente e independente, garantindo a correta aplicação dos recursos e o fortalecimento da defesa dos nossos direitos.

Paulo Sérgio de Souza – Téc. Jud – TRF